

WHO European Childhood Obesity Surveillance Initiative – Portugal

Estudo COSI (2008/2009)

Ana Rito¹, João Breda²

RESUMO

A obesidade infantil apresenta-se como um dos mais sérios problemas de saúde pública, quer no espaço Europeu, quer no resto do mundo. A taxa de crescimento desta doença tem-se mantido constante, acrescentando 400,000 crianças por ano, aos já existentes 45 milhões de crianças com excesso de peso. A Organização Mundial da Saúde (OMS), no seguimento da aprovação da Carta Europeia de Luta Contra a Obesidade, lançou uma iniciativa a pedido dos Estados-Membros da Região Europeia com a intenção de instalar um sistema de vigilância da obesidade infantil. O *WHO - European Childhood Obesity Surveillance Initiative*, constitui o primeiro Sistema Europeu de Vigilância Nutricional Infantil. Portugal assumiu a coordenação Europeia desta iniciativa e a nível nacional este estudo denomina-se “COSI – Portugal”.

A implementação deste sistema de vigilância simples, padronizado, harmonizado e sustentável é uma medida importante para corrigir a lacuna que existe na obtenção de informação sobre o estado nutricional, instrumentos de avaliação e monitorização da prevalência de obesidade em crianças, permitindo também, identificar grupos em risco. Pode ainda ser consolidada com outros protocolos para avaliar o impacto de intervenções de prevenção da obesidade no âmbito escolar. Este Sistema de Vigilância tem como principal objectivo criar uma rede de informação sistemática (a cada 2 anos) e comparável entre os países da Europa, sobre as características do estado nutricional infantil de crianças dos 6 aos 10 anos.

No primeiro ano de avaliação (2008/2009) participaram 13 países dos 22 que integram esta iniciativa. Em Portugal este projecto foi articulado com as Administrações Regionais de Saúde do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Algarve, Alentejo e com as Direcções Regionais de Saúde dos Açores e da Madeira. O estudo em questão baseia-se no modelo da epidemiologia descritiva do tipo transversal, tendo sido avaliadas 3847 crianças do 1º ciclo do Ensino Básico de 185 escolas, constituindo uma amostra representativa nacional. A metodologia aplicada seguiu o protocolo comum a todos os países participantes. As crianças foram avaliadas através de parâmetros antropométricos (peso e estatura), por 74 examinadores que receberam o mesmo treino de uniformização e qualidade de procedimentos. **Foram ainda aplicados 2 questionários compreendendo variáveis relativas à família e ao ambiente escolar.**

Para a classificação do estado nutricional, foi utilizado o Índice de Massa Corporal (IMC) em relação aos Percentis 85 e 95 das tabelas do *Center for Diseases Control and Prevention* (CDC), aquelas que igualmente se encontram no Boletim de Saúde Infantil, sendo valores superiores aqueles percentis, considerados de pré-obesidade e obesidade, respectivamente.

Os resultados mostraram uma distribuição por género semelhante (47,9% raparigas) bem como a média de idade, que foi idêntica entre rapazes e raparigas (7,5 anos). Os rapazes eram, em média, mais altos e mais pesados que as raparigas, sendo a média da estatura de 122,4 cm nas raparigas e de 124,3 nos rapazes e no que diz respeito ao peso este era de 26,6 kg nas raparigas e de 27,3 kg nos rapazes. Com base nos

critérios do CDC, a prevalência de pré-obesidade foi de 18,1 % ($P85 \leq IMC \leq P95$) e de obesidade de 13,9% ($IMC \geq P95$), somando uma prevalência de 32% de excesso de peso. O excesso de peso foi maior nos rapazes (32,9%) do que nas raparigas (31,0%). Ainda segundo este critério de avaliação, embora não tenham sido produzidos dados de amostras representativas regionais, a Região que mostrou maior prevalência de pré-obesidade e obesidade foi a dos Açores (21,7% e 20,7%, respectivamente) e a que mostrou menor prevalência de pré-obesidade e obesidade, foi a Região do Algarve (10,7% e 6,8%, respectivamente).

(1) Instituto Nacional de Saúde, Dr. Ricardo Jorge, I.P. ; (2) Plataforma Contra a Obesidade da Direcção-Geral da Saúde;

ARS (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo; Alentejo e Algarve); Direcção Regional de Saúde da Madeira e dos Açores